



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
COMITÊ DE ENFRENTAMENTO À COVID

**Ata da reunião ordinária
do comitê de enfrentamento
à Covid-19 no âmbito da
UFS, realizada em 27 de
setembro de 2021.**

1 No dia vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e um, às dez horas e 30 minutos, reuniram-se por videoconferência através do Google Meet, no endereço <https://meet.google.com/dgrztan-bha>, os membros do Comitê de Enfrentamento à Covid-19 no Âmbito da UFS.

2 Estiveram presentes Lucindo José Quintans Júnior (Presidente), Patrícia Dantas Silveira de Albuquerque (Secretária), Roberto Wagner Xavier de Souza, Manoel Luiz de Cerqueira Neto, Paulo Ricardo Saquete Martins Filho, Thaís Ettinger Oliveira Salgado, Paulo Celso Rego Léo, Marco Aurélio de Oliveira Góes, Mario Adriano dos Santos, João Paulo Machado Feitoza, José Antônio Barreto Alves, Maíra Carneiro Bittencour Maia; ausências justificadas dos demais membros. O Prof. Lucindo José Quintans Júnior deu início à reunião agradecendo a presença de todos que fazem parte do comitê e seguiu abordando, na ordem, os pontos de pauta previstos. No ponto de pauta 1- Aprovação da Ata da reunião ordinária do Comitê de Enfrentamento à Covid-19 no âmbito da UFS, de 23 de agosto de 2021, não houve inscritos, sendo aprovada sem modificações. No ponto de pauta 2- Plano de Retomada Gradual das Atividades Presenciais, O Prof. Lucindo informou que o Gabinete solicitou ao Comitê que analisasse em que fase a UFS encontra-se de acordo com o Plano e, pontuou, ainda, que o Plano foi colocado à disposição da comunidade na última quinta-feira, 23 de setembro, no momento da apresentação a Profa. Thais pontuou que o Plano ainda não está finalizado, o Prof. Lucindo seguiu dizendo que o Plano foi construído com a participação de todos os setores da Universidade (discentes, docentes, técnicos-administrativos) e está aberto a críticas, sugestões e aperfeiçoamento, sendo assim, solicitou ao Prof. Marco Aurélio que falasse como está o cenário epidemiológico em Sergipe para auxiliar no embasamento da resposta à solicitação do Gabinete. O Prof. Marco Aurélio informou que nas últimas duas semanas temos tido queda no número de casos bem como a diminuição de positividade nas testagens, a um mês atrás foi identificada a variante DELTA, quatro amostras positivas, duas que se classificam como transmissão esporádica, uma em Nossa Senhora do Socorro e outra em Aracaju, o que não a determina como predominante, logo, estamos em um momento de baixa transmissão, os óbitos estão em queda também, chegando a uma média móvel de 0,12 casos, atualmente com uma média móvel de 0,46 casos, esses últimos computados nem sempre são os óbitos do dia, são captados no sistema através da busca de declarações de óbito. A vacinação tem avançado, 89% da população de 18 anos e mais com a primeira dose, avançando também na vacinação de adolescentes, os que se vacinaram vinculados à área de saúde vão iniciar a terceira dose a partir de seis meses de finalizado o esquema vacinal; estamos vivenciando o melhor cenário, entretanto sabemos que pode se modificar se a cobertura vacinal, especialmente com a segunda dose, não for concluído. O Prof. Lucindo seguiu questionando o Prof. Manoel sobre o cenário no Hospital Universitário de Lagarto, o Prof. Manoel iniciou sua fala informando que o HU-Lagarto foi referência no enfrentamento ao COVID-19, desde então foram atendidos 4.800 pacientes, desses, 1750 internamentos, entretanto do mês de julho até os dias atuais esse número vem diminuindo significativamente, o último caso registrado foi em 17 agosto; a EBSERH encontra-se em processo de desligamento dos profissionais que foram contratados para o atendimento do COVID-19, será comunicado à Secretaria de Estado da Saúde e ao Ministério da Saúde o fechamento das Unidades de Terapia Intensiva; informou, ainda que em conversa com Dra. Adriana, diretora da **atenção** hospitalar do Ministério da Saúde, foi informado que o Ministério da Saúde tem recurso financeiro para manter os leitos, mas o Ministério da Educação não tem recurso para manter o RH que se desliga até fevereiro 2022, sendo assim, espera-se que até o prazo limite o quadro atual não se modifique. O Prof. Lucindo deu seguimento à reunião perguntando aos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
COMITÊ DE ENFRENTAMENTO À COVID

47 presentes manifestação acerca do Plano de Retomada Gradual das Atividades Presenciais,
48 Roberto pontuou que seu entendimento ao assistir à Live de apresentação do Plano foi que o
49 Comitê Covid faria algum tipo de mérito a respeito do Plano, entretanto como o plano já foi
50 apresentado à comunidade, ele acredita que as alterações não são pertinentes para o
51 momento. Em observância à Portaria que criou o Grupo, é falado de forma plural, Planos de
52 Retomada, ou seja, seria um Plano pra cada Campus e haveria um cronograma estabelecido
53 pra que esse Comitê pudesse apreciar, inclusive, é de fundamental importância a participação
54 do Prof. Marco Aurélio, pois os Boletins epidemiológicos que era passado quando o Prof.
55 Mário Adriano era presidente do Comitê, tinha informações pormenorizadas a respeito de
56 cada Município onde a Universidade tem Campus respectivo e com situações distintas. Em
57 seu entendimento, conforme a portaria [928_2021](#), as questões acadêmicas permanecem
58 vinculadas às Resoluções do CONEPE, esse Comitê trata apenas questões relacionadas a
59 quais tipos de atividade podem ser executadas e qual a segurança que se tem; Roberto
60 estranhado alguns pontos inseridos no Plano. A sugestão é que o Comitê faça algum tipo de
61 consideração e que Plano retorne ao GT onde foi criado para que seja reavaliado, pois o
62 mesmo está no critério discricionário de cada chefia, mas por outro lado diz que após
63 aprovação desse Comitê o Reitor deve emitir Portaria buscando garantir a retomada gradual
64 das atividades. Contudo, ele acredita que a apresentação do Plano à comunidade já
65 estabeleceu seu início. A palavra foi passada ao Prof. Mário Adriano que iniciou sua fala
66 pedindo desculpas por não ter lido o Plano na íntegra e concordou com a fala de Roberto em
67 relação aos aspectos legais, especialmente no quesito do retorno dos servidores, no sentido de
68 proteger as pessoas e a Instituição, entretanto muito do que se está discutindo internamente é
69 superado no mundo fora da Universidade, a exemplo do retorno das aulas que já retornaram
70 praticamente em todos os níveis, Município, Estado e Instituições Federais, todos os docentes
71 e técnicos da Universidade foram vacinados antes da população geral, que já retornou às
72 atividades presenciais e a UFS ainda está discutindo suas estratégias. Considera, também,
73 importante a separação das atividades acadêmicas e das administrativas, mencionado
74 anteriormente por Roberto, mencionou ainda que as perguntas ao Comitê deveriam ser mais
75 específicas para que possa ser dado um suporte técnico com base em uma regra proposta. O
76 Prof. João Paulo corroborou o que foi dito anteriormente em relação à apresentação do Plano
77 que propõe um retorno progressivo, gradual e com responsabilidade, mas não deixou claro
78 como realmente vai acontecer na prática, informou que fez uma pesquisa junto aos servidores
79 do setor que chefia relacionada ao esquema vacinal, existência de comorbidade, dentre outros,
80 para que assim possa ser planejado o retorno da equipe, a partir da pesquisa sua percepção foi
81 que tem muitas questões que o Plano não traz. Prof. João Paulo mencionou ainda que não se
82 deve deixar a cargo do comitê decisões que cabem aos administradores em suas unidades. O
83 prof. Lucindo seguiu dizendo que deveria estar claro no Plano que em relação à área
84 acadêmica de graduação e pós-graduação já está estabelecido, para esse semestre, que será
85 realizado de forma remota, conforme está estabelecido nos calendários acadêmicos
86 aprovados, salvo algumas exceções, sendo assim, é necessário que isso seja esclarecido à
87 comunidade. A questão dos indicadores epidemiológicos é pertinente, a construção dentro do
88 GT foi de criar um documento que direcionasse as chefias, mas que também se preocupasse
89 com o momento atual, observando como outras Universidades estão fazendo, observando
90 ainda os decretos estaduais. Lembrou ainda que esse comitê é consultivo, não deliberativo, e
91 que o Reitor consultou, não sobre o Plano, mas em que fase a UFS se encontra para que se
92 possa transmitir à comunidade. A Profa. Thaís entendeu que, partindo do tópico 3.1 do Plano
93 de retomada, *“a evolução para uma nova etapa deve ser autorizada pela Reitoria a partir da*
94 *assessoria do Comitê de enfrentamento à COVID.*”, nessa reunião seria discutido a
95 possibilidade de ir para uma próxima etapa e quando ela poderia acontecer e em seguida sairia
96 uma Portaria do Reitor informando essa etapa. Dr. Paulo Celso iniciou sua fala dizendo que



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
COMITÊ DE ENFRENTAMENTO À COVID

97 entendeu que o Plano trata-se de um planejamento e que a partir desse plano seriam
98 estabelecidas regras, através de Portaria, em relação à fase, avanços de uma fase para outra,
99 em conjunto para toda Universidade ou se haveria alguma diferenciação, conforme o serviço
100 prestado. Roberto concordou com a fala do Dr. Paulo Celso e citou o Art. 3º da Portaria que
101 criou o GT diz que ele tem que apresentar resultado dos estudos e trabalhos ao Magnífico
102 Reitor, mas o Plano foi apresentado à comunidade; e mencionou, ainda, a falta de um
103 cronograma para guiar os gestores, observando o boletim epidemiológico de cada Município,
104 a natureza das atividades de cada Campus. Roberto finalizou sua fala mantendo a sugestão de
105 retorno ao GT para ser repensado e reestabelecido. Prof. Mário ressaltou que a pergunta mais
106 relevante no momento seria de que forma o Comitê pode auxiliar para dar seguimento ao
107 Plano, ratificou, ainda, a fala anterior de Roberto quanto à falta dos critérios epidemiológicos
108 que servirão de base para cada fase, e finalizou sua fala sugerindo que o comitê analise os
109 boletins epidemiológicos existentes e ofereça um relatório detalhado para nortear a Gestão; os
110 elementos definidores de fase devem ser ajustados com base nos elementos puramente
111 epidemiológicos e nos elementos de regramento legal estabelecidos pelas instâncias
112 Municipal, Estadual e Federal. O Prof. Paulo Martins mencionou que sua participação no GT
113 foi fornecer o *background* científico, especialmente em relação ao programa de testagem; no
114 que se refere às fases entendeu que, a partir de Portarias já publicadas, é possível saber em qual
115 fase estamos de uma maneira geral; percebeu, ainda, que os critérios epidemiológicos estão
116 bem estabelecidos no Plano, observando o cenário geral para que as Direções fizessem seu
117 planejamento específicos com base no planejamento geral. Profa. Maíra esclareceu algumas
118 questões levantadas na reunião, primeiro: o envio do Plano ao Reitor antes da apresentação ao
119 público geral; segundo: o modelo das fases foi pensado para que seja possível ir e voltar à
120 medida da necessidade, utilizado pela maioria das Instituições Federais, permitindo a
121 possibilidade de avanço e retrocesso; terceiro: os Planos das outras Instituições foram
122 analisados e serviram de base para construir o da UFS;
123 quarto: por fim, existe um Plano Geral e quem tem alguma especificidade pode construir um
124 documento paralelo, levando em consideração tanto o protocolo de biossegurança quanto o
125 planejamento Geral. Profa. Maíra esclareceu, ainda, através do quadro 3, do item 3.4 do
126 Plano, mencionando que o quadro de testagem foi incluído como um dos critérios
127 determinantes das fases, devendo estar visível para toda comunidade através do site da
128 Universidade. O Prof. Lucindo deu seguimento dizendo que na reunião do GT foi analisado o
129 documento construído pelo Comitê de Biossegurança, a ideia seria de que esse documento
130 servisse de base para outras ações, disse ainda que a fala do Prof. Paulo responde ao
131 questionamento de Roberto em relação aos limites numéricos que não foram colocados no
132 Plano. Roberto mencionou que o fluxo foi invertido, a comunidade entende que tem um Plano
133 e esse será aplicado, os questionamentos vêm das lacunas que o Plano apresenta; completou
134 sua fala questionando se será esse Comitê, realmente, que definirá as fases e finalizou dizendo
135 que não está questionando o mérito científico, mas que faltam informações que devem ser
136 levadas em consideração e solicitou que fosse tomado algum encaminhamento em relação
137 ao que foi discutido. Prof. Lucindo retomou dizendo que essa reunião intencionava,
138 inicialmente, responder ao questionamento do Reitor sobre a fase em que a Universidade se
139 encontra e a partir de então, com base no Plano, e mencionou que a discussão foi proveitosa,
140 pois levantou pontos que nem sequer o GT tinha reverberado a respeito, entretanto, a partir da
141 definição da fase, o Plano trata de algumas decisões, e ainda, devemos ter algum Instrumento
142 Normativo para auxiliar os Centros, Departamentos e Campi sobre as ações mais técnicas. A
143 preocupação sobre as atividades acadêmicas é menor, pois no Calendário Acadêmico já foi
144 determinado que serão realizadas as atividades na forma remota tanto Graduação como Pós-
145 Graduação, salvo algumas exceções que estão bem apresentadas no Relatório de
146 Biossegurança. Roberto mencionou que quando recebeu a Pauta, não ficou claro qual foi a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
COMITÊ DE ENFRENTAMENTO À COVID

147 provocação do Gabinete e que em conversa particular com o Reitor entendeu que a reunião
148 seria para apreciação do Plano. O Prof. Lucindo considerou que houve um erro no
149 encaminhamento da Pauta sem ser mencionado o questionamento do Reitor, por outro lado, as
150 contribuições foram muito pertinentes. O Prof. Mário ressaltou que não há condição, no
151 momento, de dizer qual a fase que nos encontramos porque o Plano não nos permite dizer isso
152 e sugeriu que seja feito um trabalho para estabelecer elementos ou critérios para as diversas
153 fases. O Prof. Lucindo sugeriu formar um grupo menor para propor as normas de
154 acompanhamento e aperfeiçoar os critérios para determinação de fases. A reunião com esse
155 novo grupo, constituído pelos Professores Lucindo, Mário, Paulo, Thais, Maira e pelo
156 procurador Paulo Celso, ficou marcada para o dia 28 de setembro às 16h buscando criar os
157 critérios de aperfeiçoamento para sugerir ao GT da COVID-19 a implementação no Plano de
158 Retomada. A sugestão desse novo grupo e da condução foi corroborada pelos membros da
159 comitê. Nada mais havendo a tratar, eu, Patricia Dantas Silveira de Albuquerque, lavrei a presente ata,
160 que após lida, será apreciada na reunião subsequente do Comitê.